

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG): OPINIÃO DOS ALUNOS
DEFICIENTES AUDITIVOS**

RAQUEL PEREIRA SCHERER

RIO GRANDE
2016

RAQUEL PEREIRA SCHERER

ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE (FURG): OPINIÃO DOS ALUNOS DEFICIENTES
AUDITIVOS

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de biblioteconomia, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG - requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Maria de Fatima S. Maia.

Rio Grande
2016

Lista de abreviaturas e siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ARGO	Sistema de Administração de Bibliotecas
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-PWG	Padrões Web em Governo Eletrônico
FENEIDA	Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FURG	Universidade Federal do Rio grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre Veículo Automotor
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NEAI	Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
NVDA	<i>Non Visual Desktop Access</i>
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado
TDI	Transtorno Desintegrativo da Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
W3C	World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Justificativa e problema de pesquisa.....	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Acessibilidade	12
2.2 Deficiência auditiva	14
2.3 A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	18
2.4 Acessibilidade no contexto das bibliotecas	20
2.5 O deficiente auditivo e as tecnologias de acesso a informação	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos alunos conforme a faixa etária (n=8).....	25
Figura 2 - Distribuição alunos conforme o curso de graduação (n=8).....	26
Figura 3 - Frequência mensal de utilização das bibliotecas pelos deficientes auditivos da FURG (n=8).....	28
Figura 4 - Motivos da utilização das bibliotecas pelos deficientes auditivos (n=8)....	29
Figura 5 - Grau de autonomia no uso das bibliotecas (n=8).....	30
Figura 6 - Grau de autonomia no uso do sistema ARGO (n=8).....	31
Figura 7 - Frequência de utilização da sala de acessibilidade (n=8).....	32

RESUMO

Este estudo busca verificar questões pertinentes sobre critérios de acessibilidade s que os estudantes, com deficiência auditiva, encontram para utilizar os serviços e espaços das bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. O estudo realizado foi do tipo transversal, descritivo com uma abordagem quali-quantitativa. A metodologia utilizada visou compreender a relação entre o sujeito surdo e as bibliotecas da FURG. A coleta dos dados foi realizada através de um questionário que foi enviado por e-mail para os estudantes com deficiência auditiva da FURG. Levando-se em conta que as bibliotecas são mediadoras de informação, o uso das bibliotecas universitárias pelos deficientes auditivos está relacionado com os espaços mais atrativos e serviços oferecidos ao usuário no que tange à acessibilidade, pois quanto mais atrativos, maior será a frequência. Destaca a importância de um sistema informacional específico, onde a tecnologia como material educativo é um recurso facilitador da autonomia do deficiente auditivo associada à tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Concluiu-se que os estudantes não encontram dificuldade quanto ao uso dos espaços (virtual e físico) utilizado em comum por todos.

Palavras-chave: Bibliotecas; Acessibilidade; Deficientes Auditivos; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

ABSTRACT

This study aimed to verify some pertinent questions about accessibility criteria that students with hearing impairment find to use the services and spaces of the libraries in the Federal University of Rio Grande - FURG. This study was a cross-sectional, descriptive study with a qualitative-quantitative approach. The methodology used aimed to understand the relationship between the hearing impaired and the FURG libraries. Data collection was realized through a questionnaire that was sent by e-mail to students with hearing impairment. Taking into account that libraries are information mediators, the use of university libraries by the hearing impaired is related to the most attractive spaces and services offered to the user in terms of accessibility, because the more attractive, higher the frequency. It highlights the importance of a specific information system, where technology as an educational material is a resource that facilitates the autonomy of the hearing impaired associated to the simultaneous translation in Brazilian Sign Language (LIBRAS). It was concluded that students do not find difficulty regarding the use of spaces (virtual and physical) used in common by all.

Keywords: Libraries; Accessibility; Hearing Impaired; Brazilian Sign Language (LIBRAS).

1. INTRODUÇÃO

Acessibilidade é um atributo essencial para a garantia de igualdade entre os indivíduos. O termo acessibilidade consiste na eliminação de qualquer tipo de barreira para que as pessoas possam interagir tanto nos ambientes físicos quanto virtuais (VITAL; QUEIROZ, 2008, p. 44). Assim, no âmbito das pessoas com necessidades especiais, a acessibilidade promove a melhoria da qualidade de vida e autonomia.

Atualmente, o tema tem estado presente em diferentes contextos e áreas, incluindo o curso de Biblioteconomia. Como todas as pessoas possuem o direito à informação, no ambiente das bibliotecas a acessibilidade deve ser garantida e, conseqüentemente, necessita estar presente nos conteúdos abordados pelos cursos que formam os profissionais que atuam em bibliotecas.

No curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG a acessibilidade é tratada por diversas disciplinas e os alunos têm oportunidade de aprenderem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Este diferencial se reflete na disciplina ofertada na modalidade anual de oito créditos, sob domínio da ementa que possibilita estudar conhecimentos gerais sobre a identidade e a cultura surda, sistema lingüístico de natureza visual-motora, sua estrutura e gramática. Diferencial importante no cenário inclusivo da educação. Portanto, os alunos do curso de Biblioteconomia trabalham com temas relacionados à acessibilidade e inclusão, de maneira teórica e prática. Esta experiência se reflete na vontade de buscar mais conhecimento para entender como as bibliotecas podem oferecer serviços e ambientes acessíveis para todas as pessoas de forma igualitária, incluindo também aquelas que possuam outros tipos de deficiência.

Atentar sobre as questões referentes à acessibilidade pode gerar resultados sociais positivos, contribuindo para que os indivíduos desenvolvam uma consciência de inclusão. Neste sentido, é possível pensar que as bibliotecas são espaços que devem investir em ações a favor da acessibilidade, possibilitando o acesso a informações e conhecimento de maneira plena e igualitária. Essas ações incluirão a

identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal¹.

Neste contexto, as questões como educação, inclusão e acessibilidade remetem à ideia de que devemos transpor todas as barreiras que possam existir no sentido de possibilitar o acesso e autonomia em todos os ambientes.

1.1 Justificativa e problema de pesquisa

A justificativa deste trabalho se apoia na relevância do tema da inclusão de pessoas portadoras de deficiência, no ambiente das bibliotecas. Atualmente este tema tem sido recorrente em diferentes contextos, incluindo o ambiente universitário.

Na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, a preocupação com a acessibilidade é abordada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2018)². Entretanto, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), apresenta apenas uma menção ao tema: "Qualificar a infraestrutura de mobilidade e acessibilidade". Sendo assim, é necessário planejar ações específicas para cada tipo de deficiência, nas quais se inserem os deficientes auditivos. Segundo o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas (NEAI) da FURG, tem ocorrido expressivo abandono e infrequência de alunos deficientes auditivos na FURG, necessitando assim, ações específicas de inclusão e acessibilidade. Deste modo, este trabalho poderá colaborar na mudança desta situação.

De acordo com a Lei nº. 13.146 de 6 de julho de 2015³, o deficiente tem direito à informação e no ambiente das bibliotecas a acessibilidade deve ser garantida, devendo estar presente nos conteúdos abordados em cursos que formam os profissionais que atuam em bibliotecas. No curso de Biblioteconomia da FURG a acessibilidade é tratada por diversas disciplinas, incluindo o aprendizado de LIBRAS. Apesar do tema da acessibilidade aos deficientes auditivos ser fonte de estudo de diversas áreas do conhecimento, percebe-se que faltam informações no âmbito das bibliotecas.

¹ Desenho universal significa: "concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade"(BRASIL, 2004).

² Disponível em: <www.pdi.fug.br>

³ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Título III: Da Acessibilidade; Capítulo II: Do acesso a Informação e à comunicação.

Partindo deste contexto, este trabalho propôs estudar a satisfação dos alunos com deficiência auditiva em relação aos serviços oferecidos pelas Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Os resultados obtidos poderão ser utilizados para orientar melhorias no âmbito da acessibilidade nas bibliotecas da FURG e, talvez, também contribuir com os recursos de acessibilidade para outras bibliotecas universitárias.

Sendo assim, a elaboração desta pesquisa se fundamentou na identificação de obstáculos, encontrados por alunos com deficiência auditiva, ao frequentar as bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, identificando mudanças possíveis de serem implantadas para que estes estudantes possam usufruir plenamente dos espaços e serviços das bibliotecas.

1.2 Objetivos

Abaixo estão descritos os objetivos, geral e específicos, que norteiam esta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Investigar as principais dificuldades e facilidades que os estudantes, com deficiência auditiva, encontram para utilizar os serviços e espaços das bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

1.2.2 Objetivos específicos

- Averiguar a frequência de uso das bibliotecas pelos acadêmicos com deficiência auditiva da FURG;
- Verificar os principais obstáculos e facilidades que os alunos encontram para utilizar as bibliotecas;
- Verificar a existência de diferenças de avaliação entre as bibliotecas;
- Identificar melhorias que podem ser sugeridas para os sistemas de bibliotecas;

- Enviar os resultados desta pesquisa para a coordenação das bibliotecas da FURG.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são abordados alguns temas relacionados com a acessibilidade e inclusão de maneira geral e no contexto das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam.

A preocupação com a acessibilidade não é recente, porém os estudos sobre o tema têm se intensificado nos últimos anos. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) entrou em vigor no ano de 2008, e simbolizou a preocupação da comunidade internacional em colocar o tema na agenda global e orientar os governantes de diferentes países em ações de inclusão das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

2.1 Acessibilidade

A legislação brasileira define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados e de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Entende-se pelo conceito que acessibilidade é um processo de inclusão com parâmetros bem estruturados que visa promover e proteger todo acesso de maneira igualitária, pela adequação dentro e fora de prédios públicos e coletivos, estimulando que aconteçam parcerias entre instituições e órgãos de apoio e conseqüentemente respondendo aos requisitos de avaliação fundamentados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007b).

Conforme Mazzoni (2001), "respeito à diversidade humana nos conduz a observar que as pessoas possuem habilidades diferentes e algumas necessitam de condições especiais". Para o autor, a discussão sobre a importância das bibliotecas universitárias adotarem critérios de acessibilidade, favorece a formação de espaços digitais. Neste estudo, foi realizado em uma universidade federal brasileira

específica, focado nos aspectos de acesso à informação e comunicação, o que resultou em propostas de melhorias para as condições de acessibilidade em bibliotecas universitárias.

Em síntese, formalizada na lei da acessibilidade, é importante apresentar algumas definições referentes às deficiências corriqueiras e que costumam ser objeto de interesse em unidades de informação. De acordo com Brasil (2004), estas deficiências podem ser:

A deficiência visual ou cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

A deficiência física é uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando no comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

A deficiência auditiva é a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

A deficiência mental constitui-se do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

A deficiência múltipla é uma associação de duas ou mais deficiências. Outras patologias associadas trazem plenas condições de inclusão no contexto da acessibilidade, tais como daltonismo, dislexia, TDI (Transtorno Desintegrativo da Infância), deficiência intelectual, síndrome de Down, Asperger (ligada ao autismo) e outras (BRASIL, 2004).

2.2 Deficiência auditiva

Deficiência auditiva (também conhecida como hipoacusia ou surdez) é a incapacidade parcial ou total de audição. Um indivíduo pode nascer com esta incapacidade ou ela pode ser causada posteriormente devido a alguma doença ou trauma (ARAÚJO, 2002, p. 49).

Na Legislação relativa à deficiência auditiva, mede-se o grau de deficiência em decibéis, onde se determina os casos de surdez moderada, acentuada, severa, profunda ou anacusia, considerada como perda total da capacidade auditiva. A deficiência auditiva é normatizada também na Lei de Cotas e na Lei Tributária, isenção de impostos, como IPVA, IPI, ICMS, dentre outros (BRASIL, 1995).

No passado, era comum o entendimento que os indivíduos surdos sempre tinham também déficit cognitivo. Porém, a inclusão de pessoas com surdez no ambiente escolar mostrou que a maioria não aprendia os conteúdos ministrados em sala de aula devido às dificuldades de comunicação que se refletiam na falta de estímulo. O ensino da língua de sinais nas escolas permitiu aos estudantes com deficiência auditiva maior acessibilidade ao conhecimento (CORRADI, 2007, p. 94).

Conforme Fernandes e Moreira (2014), em nosso país os debates conceituais, a educação bilíngüe e as questões relacionadas aos deficientes auditivos tiveram início na década de 1990.

Nessa década, iniciam-se os debates conceituais sobre língua de sinais, bilinguismo, os reflexos dos modelos clínicos-terapêuticos e socioantropológicos na educação de surdos, teorizações sobre a cultura e identidades surdas e os impactos de todos esses estudos na organização de um processo de educação bilíngüe para surdos no Brasil (FERNANDES & MOREIRA, 2014, p. 229)

Salientando a importância deste debate, a Comissão para a educação de Surdos, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, declarou: "Não se pode mais negligenciar a língua de sinais, nem evitar participar ativamente no seu desenvolvimento em programas de educação especial para os surdos" (VITAL; QUEIROZ, 2008, p. 6).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e os dados do IBGE, baseados no censo 2010, 28 milhões de brasileiros possuem algum tipo de

problema auditivo. Este cenário revela uma situação de alerta, pois 14,8% do total de 190 milhões de brasileiros apresentam problemas ligados à audição.

Em alguns casos as doenças diagnosticadas até seis meses de idade podem ser revertidas quando os pais constatarem o problema precocemente e buscam auxílio, o que salienta a importância de um diagnóstico precoce (SKLIAR, 1998, p. 72).

Para melhor contextualizar o tema, é importante apresentar algumas definições referentes ao grau de deficiência auditiva, baseado nas dificuldades permanentes de ouvir (avaliada com o uso de aparelho auditivo). As definições prevalentes e que costumam ser objeto de interesse em unidades de informação são destacadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Definições de termos relacionados com a deficiência auditiva.

Termos	Definição
Não consegue de modo algum	Para pessoa que declara ser permanentemente incapaz de ouvir.
Grande dificuldade	Para pessoa que declara ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.
Alguma dificuldade	Para pessoa que declara ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.
Nenhuma dificuldade	Para pessoa que declara não ter qualquer dificuldade permanente de ouvir, ainda que precise usar aparelho auditivo.

Fonte: (IBGE, 2010).

No Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 24% da população do país têm algum tipo de deficiência. Na Tabela 2 são mostrados os dados da população com patologia de surdez na região sul do Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Deficiência auditiva na população da região Sul e no estado do Rio Grande do Sul.

Unidade da Federação	População Residente				
	Total	Tipo de Deficiência			
		Pelo menos uma das deficiências investigadas	Auditiva		
			Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
SUL	27.386.891	6.164.158	48.650	282.028	1.107.924
Rio Grande do Sul	10.693.929	2.549.691	19.118	119.801	478.177

Fonte: (IBGE, 2010).

No que se refere aos aspectos legais, o Quadro 1 apresenta as principais e mais recentes leis brasileiras que garantem os direitos das pessoas com incapacidade auditiva.

Quadro 1. Legislação brasileira sobre deficiência auditiva

Decretos	Definições	Determinações
<p>Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.</p>	<p>Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.</p> <p>Regulamenta Leis e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.</p> <p>Art. 47. § 2º Os sítios eletrônicos acessíveis às pessoas portadoras de deficiência conterão símbolo que represente a acessibilidade na rede mundial de computadores (internet), a ser adotado nas respectivas páginas de entrada.</p>	<p>Art. 49. As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir o pleno acesso às pessoas portadoras de deficiência auditiva, por meio das seguintes ações:</p> <p>I - no Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, disponível para uso do público em geral:</p> <p>b) garantir a disponibilidade de instalação de telefones para uso por pessoas portadoras de deficiência auditiva para acessos individuais;</p> <p>c) garantir a existência de centrais de intermediação de comunicação telefônica a serem utilizadas por pessoas portadoras de deficiência auditiva, que funcionem em tempo integral e atendam a todo o território nacional, inclusive com integração com o mesmo serviço oferecido pelas prestadoras de Serviço Móvel Pessoal; e</p> <p>II - no Serviço Móvel Celular ou Serviço Móvel Pessoal;</p> <p>b) garantir a existência de centrais de intermediação de comunicação telefônica a serem utilizadas por pessoas portadoras de deficiência auditiva, que funcionem em tempo integral e atendam a todo o território nacional, inclusive com integração com o mesmo serviço oferecido pelas prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado.</p>

<p>Decreto 10.098, de 19 de dezembro de 2000.</p>	<p>IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)</p>	<p>Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.</p>
<p>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.</p>	<p>V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações</p>	<p>Art. 147-A - Ao candidato com deficiência auditiva é assegurada acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em todas as etapas do processo de habilitação. § 1º - O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtítuloção com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras. § 2º - É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.”</p>

2.3 A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

O rompimento das barreiras entre o deficiente auditivo e o ouvinte ocorre no contexto familiar através das relações de amabilidade, pois de acordo com relatos históricos, a partir do desejo de associar os filhos, famílias da sociedade

francesa, mantinham encontros em Paris para festejar os aniversários. Abade Charles-Michel L'Épée, conhecido como 'pai dos surdos'⁴, conservava este proceder como tradição, e, com o passar do tempo, estes encontros formais reuniam um número cada vez maior de surdos, conhecidos como "banquetes silenciosos", onde, fronteiras são abertas e os valores sobrevivem em meio às diferenças. Ferdinando Bertier, em meados de 1830, estimulou a criação de associações e as pioneiras escolas de ensino em língua de sinais, oralistas e mistas (STROBEL, 2008, p. 48).

Em 1880, na cidade italiana de Milão, registrou-se o primeiro Congresso Internacional com cento e oitenta e duas pessoas, a maioria ouvintes provindos da Bélgica, França, Alemanha, Suécia, Rússia, Estados Unidos, Canadá e da própria Itália onde, por voto, foi destituída oficialmente a língua de sinais pelo fato de impedir a oralidade na educação de surdos. Houve assim um fracasso educacional, onde os professores surdos não podiam produzir conhecimento com uso da língua gestual, mas, por outro lado, cresciam as associações e iniciavam assim políticas em defesa de uma cultura ainda em crescimento.

A vida e as experiências de alguns deficientes auditivos marcaram a história. Com a vinda do professor surdo Eduard Huet ao Brasil, para auxiliar profissionalmente a fundação da primeira escola de surdos no Rio de Janeiro, foi viabilizado em 1857 o INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos⁵, expandindo assim a organização da cultura, das associações e gestão de políticas surdas (STROBEL, 2008, p. 50).

As Línguas de Sinais não foram devidamente valorizadas durante longo período, devido a intolerância em relação aos deficientes auditivos. Inicialmente, a educação de surdos era essencialmente oral e excluía a língua de sinais dos modelos de educação. Entre as décadas de 1960 a 1990, esta situação começou a mudar. Em 1990, "o bilingüismo ganha visibilidade, propondo a convivência da língua falada, principalmente no que consiste em sua aquisição escrita, e da Língua de Sinais, lado a lado, mas não simultaneamente (SACKS, 1998 apud CORRADI, 2007, p. 39). Assim, atualmente, observa-se que a difusão da LIBRAS proporcionou aos deficientes

⁴ Em 1750, fundou um abrigo que ele próprio mantinha sob seu sustento. Este abrigo tornou-se a primeira escola de surdo-mudo do mundo.

⁵ Atuante pelo site: <http://www.ines.gov.br/>.

auditivos maior tempo de estudo contínuo, sendo possível notar que os mesmos ocupam várias vagas nas universidades, incluindo a FURG. O desenvolvimento intelectual e a inserção desta comunidade nos ambientes escolares se reflete nas bibliotecas acadêmicas.

Assim, os profissionais bibliotecários que já tinham uma diversidade grande de atividades, precisam contemplar também as questões que envolvem a inclusão e a acessibilidade, pois os deficientes, incluindo os auditivos, precisam da atenção de todos porque já fazem parte da comunidade acadêmica.

2.4 Acessibilidade no contexto das bibliotecas

Percebe-se o papel transformador do uso do computador na acessibilidade e especificamente no uso deste recurso entre o usuário surdo e a língua portuguesa. Para o sujeito deficiente auditivo o uso da tecnologia lhe promove inclusão e facilita ampliar os horizontes do conhecimento. Em se tratando do ambiente da biblioteca, ter acesso ao livro virtual (e-books), textos, artigos e todo o acervo possível e em sua postura frente a um terminal que tenha na sua composição um conjunto de ferramentas digitais capazes de ampliar a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva a conteúdos *online* (através de avatares), por realizar a leitura de textos de L2 (língua portuguesa) para o sentido compreensivo de L1 (língua brasileira de sinais), possibilita a resolução da problemática de acessibilidade (GOETTER, 2014, p. 40).

Estabelecer a comunicação comparativa é o ideal para o desenvolvimento intelectual do sujeito surdo. No caso de a exposição do avatar⁶ não corresponder ao conhecimento do surdo de maneira instantânea, a tecnologia segue em seu auxílio, nos seus contatos em redes sociais (Facebook, Twitter, WhatsApp, etc). O que para Goetter (2014), a prova deste contexto está exposta em pesquisas, onde é confirmada a viabilidade mais latente do deficiente auditivo às tecnologias, seus acessos às salas de bate-papo, *chats*

⁶Personagem que representa uma pessoa no ambiente virtual (TORI, 2010).

com colegas, professores e outros surdos. Sendo assim, tais locais tornam-se facilitadores, onde o português estimula a aquisição de conhecimentos.

Para a maior compreensão do deficiente auditivo, o ideal é ter sempre o uso das duas línguas "L1" e "L2", simultaneamente. Para tanto, as bibliotecas teriam que dispor de leitores em avatares que contribuiriam com a leitura para o surdo, o que vem a gerar custos dentro de um sistema informacional, pois certos sinais expressos em uma região geográfica não correspondem ao mesmo interpretado ao sujeito surdo vindo de outra região do país, onde diferem as expressões em LIBRAS, o que se chama de 'regionalismo' (CORRADI, 2007, p. 42).

Deste modo, compreende-se que tal problema poderia ser resolvido por contato midiático ampliado e sua efetiva interação que proporciona igualdade, tanto para o aluno surdo, quanto para aqueles que incorporam esforços para o desenvolvimento intelectual do aluno (sujeito) surdo, ter autonomia e interação social (interação bilíngue). Assim, considera-se que:

A evolução dos suportes midiáticos ampliou este desejo fundante de toda pessoa de se comunicar e de aprender. Os diferenciados meios comunicacionais - da escrita à internet - deram condições complementares para que os homens pudessem realizar mais intensamente seu desejo de interlocuções. Possibilitam que a aprendizagem ocorra em múltiplos espaços, seja nos limites físicos de sala de aula e dos espaços escolares formais, seja nos espaços virtuais de aprendizagem. (KENSKI, 2008, p.46)

Contudo, é necessário empreender ações que visem o cumprimento do direito de todos à educação e acesso a informações. Para isso é indispensável que se amplie os recursos e se qualifique os serviços no contexto das bibliotecas. Neste contexto, o computador é um indispensável material educativo, especificamente no uso do recurso entre o usuário surdo e a língua portuguesa.

2.5 O deficiente auditivo e as tecnologias de acesso a informação

É preciso reconhecer que no Brasil, a pessoa com deficiência encontra inúmeras dificuldades para adquirir equipamentos essenciais para seus problemas. Dentre tais equipamentos facilitadores da acessibilidade do

deficiente auditivo, estão calculadoras e *scanners* com sintetizador de voz, *mouses* com acionamento por pressão, lupas eletrônicas, próteses oculares e *softwares* específicos, que adaptam o texto do computador para surdos e cegos, que fazem a leitura e reconhecimento de caracteres (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, quando há condições de propor a ampliação da informação e responsabilidade social, percebe-se uma série de benefícios para o indivíduo deficiente auditivo. Dentre tais benefícios, pode-se citar: a) acesso para todos, por meio da implementação da acessibilidade digital, a qual, democratiza o acesso, garantindo o entendimento e o controle da navegação dos usuários aos conteúdos e serviços do governo, independentemente das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais; b) inclusão digital e social, onde o computador e a Internet representam um enorme passo para a inclusão de pessoas, em especial aquelas com deficiência, que podem estudar, trabalhar, fazer compras, pagar contas, compartilhar experiências e conhecimento, sem necessidade de deslocamento; c) melhorias no acesso a *sites* que são facilmente indexados por mecanismos de busca e assim beneficiam aos usuários com necessidades especiais; d) cumprimento à Legislação, onde a importância da aplicação de acessibilidade em um site também se reflete no cumprimento legal do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que, em seu artigo 47 trata da acessibilidade virtual.

Com o paradigma da educação para todos, algumas implementações em prol da acessibilidade estão disponíveis no setor de bibliotecas da FURG que mantém parceria com o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas (NEAI). No *site* do Sistema de Bibliotecas (SIB), são disponibilizados com uma linguagem natural, alguns pontos destes benefícios que prioritariamente estão definidos nas diretrizes da W3C⁷ e no e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico)⁸. A página informa que há tecnologias assistivas disponíveis na sala de acessibilidade, tais como *scanner*⁹ com voz, específico para os usuários que possuem deficiência visual, lupas manuais e fones de ouvido. Outro dispositivo tecnológico para o usuário com cegueira ou baixa visão é o NVDA¹⁰, que traz

⁷ principal organização de padronização da web.

⁸ conjunto de recomendações para o processo de acessibilidade dos sites e portais do governo brasileiro.

⁹ converte documentos impressos em áudio.

¹⁰ software sem fins lucrativos - desenvolvido pela NV Access - Austrália.

medidas simples e importantes para promover inclusão e a acessibilidade (NVDA, 2008).

As bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande servem para o graduando como mediadoras da informação, assim como sua base de dados ligada ao sistema operacional (ARGO), que não promove acessibilidade, faz-se assim necessário parcerias que possam satisfazer o usuário com deficiência. As barreiras do deficiente auditivo sem comprometimento ou patologias associadas são de fácil inclusão, entre elas: podem necessitar de legendas ou transcrições de áudios; barreiras com a ausência de imagens suplementares relacionadas com o conteúdo do texto para compreensão por pessoas que tem como primeira língua a de sinais e a página não está escrita em linguagem simples e clara, etc.

São consideradas tecnologias assistivas toda e qualquer ferramenta, recurso ou processo utilizado com a finalidade de proporcionar maior independência e autonomia à pessoa com deficiência. Esta autonomia refere-se desde um simples artefato, como uma colher adaptada ou um lápis com empunhadura mais grossa para facilitar a pressão vinda do punho do deficiente, até os sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade (GALVÃO FILHO, 2008, p. 16).

Os recursos de tecnologia assistiva auxiliam as pessoas com deficiência, visando promover e proteger os deficientes de maneira igualitária, dentro e fora de prédios públicos e coletivos, como a biblioteca central. O uso do computador possibilita a realização de tarefas, antes muito difíceis ou impossíveis de realizar, e promove autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência (BRASIL, 2009)

No mesmo sentido é possível destacar também os projetos de comunicação visual para o ambiente *web*, que incluem ferramentas que facilitam o uso de computadores e *softwares*. Para utilizar estas ferramentas os deficientes auditivos precisam ser treinados no uso e habilidades para conhecer estes equipamentos, navegadores, etc. Neste contexto, se pode citar o conceito de ambiência, que extrapola o ambiente físico das bibliotecas, levando em conta todos os equipamentos, assim como o ambiente virtual (ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p. 4-5).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza como transversal, descritivo e com abordagem quali-quantitativa. A metodologia utilizada visa compreender a relação entre o sujeito surdo e as bibliotecas da Universidade, a fim de identificar sua atração ou retração ao ambiente das bibliotecas. O instrumento de pesquisa constituiu-se de um questionário que foi aplicado através do envio por e-mail. O público analisado foram os estudantes com deficiência auditiva da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

O grupo que foi investigado contemplou todos os alunos deficientes auditivos que freqüentam regularmente a Universidade. Para desenvolver os procedimentos desta pesquisa, sobretudo, identificar, localizar e contatar com os sujeitos entrevistados, foi construído um questionário, elaborada junto ao Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas da FURG. A escolha da entrevista estruturada requer foco na postura e na observação da realidade do entrevistado, para não ferir o comportamento ou provocar constrangimento, e manter a ética profissional de pesquisador. Alves (2007) analisa a forma como deve ser realizada uma observação, onde os objetivos da pesquisa são expostos ao grupo desde o início. Dessa forma, torna-se possível para o pesquisador ter acesso a um variado número de informações.

No que se refere aos aspectos éticos, o presente trabalho foi encaminhado ao CEPAS (Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Além disso, todos os investigados precisaram assinar o termo de consentimento para a realização da entrevista (Apêndice B).

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p.24), “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação, deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”.

Os alunos deficientes auditivos investigados estão distribuídos nos cursos de Administração, Artes, Ciências Contábeis, Engenharia Mecânica e Engenharia Agroindustrial Agropecuária, Hotelaria, Medicina, Sistemas de Informação e Oceanologia, com matrícula ativa no ano de 2016.

No que se refere aos benefícios que podem ser interpretados como reflexos deste trabalho, se destaca a melhoria dos serviços oferecidos pelas bibliotecas, tais como produção de sinalização visual adequada, informações sobre a existência ou não de profissionais capacitados na Língua Brasileira de Sinais. Estes benefícios proporcionarão maior autonomia para os deficientes auditivos no acesso e uso dos espaços das bibliotecas da FURG.

Os dados foram coletados através de um questionário (APÊNDICE A) composto por 11 perguntas que caracterizam a investigação sobre o perfil geral dos estudantes com deficiência auditiva, incluindo sexo, idade, curso, dentre outros. Após a aplicação do questionário, os dados foram tabulados e transferidos para uma planilha eletrônica que permitiu fazer as devidas análises. No que se refere a segurança dos dados, destaca-se que os nomes dos entrevistados foram mantidos em sigilo. Somente a professora e a aluna, diretamente envolvidas com o trabalho, tiveram acesso as respostas dos entrevistados. Também foram realizados backups de todos os dados tabulados em planilha eletrônica e os questionários em papel preservados, garantindo o acesso no caso de algum questionamento.

Quanto aos riscos, destaca-se que no contexto desta pesquisa são mínimos, entretanto é válido mencionar que a adequação ou suspensão da pesquisa deverá ser imediata nos casos em que os participantes decidam abandonar os estudos, não respondendo ao e-mail ou no surgimento de algum risco ou da ordem emergencial da saúde física ou emocional do participante ou, ainda, em situação que cause desconforto do mesmo. No caso do(a) entrevistado(a) queixar-se de ter sofrido algum tipo de constrangimento ou situação embaraçosa, será encaminhado(a) ao serviços de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

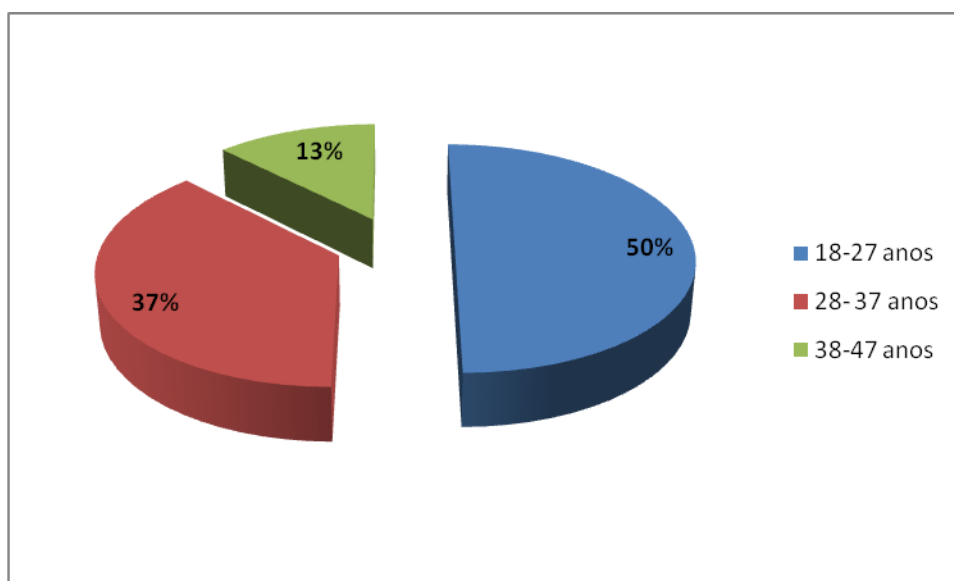
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta os dados foram transferidos para uma planilha do software Microsoft Excel a fim de serem analisados e descritos os resultados que envolve a temática. A seguir são apresentados os resultados da avaliação feita com usuários deficientes auditivos das bibliotecas da FURG.

Foram enviados, por e-mail, 19 questionários sendo que oito responderam. Esta quantidade de retorno representa 42% do total. Este resultado permite pensar que é importante realizar pesquisas semelhantes em outras instituições para obter mais certeza sobre a relação das pessoas com deficiência auditiva e os serviços oferecidos nas bibliotecas.

Na Figura 1 é apresentada a faixa etária dos alunos deficientes auditivos da FURG.

Figura 1 - Distribuição dos alunos conforme a faixa etária (n=8).

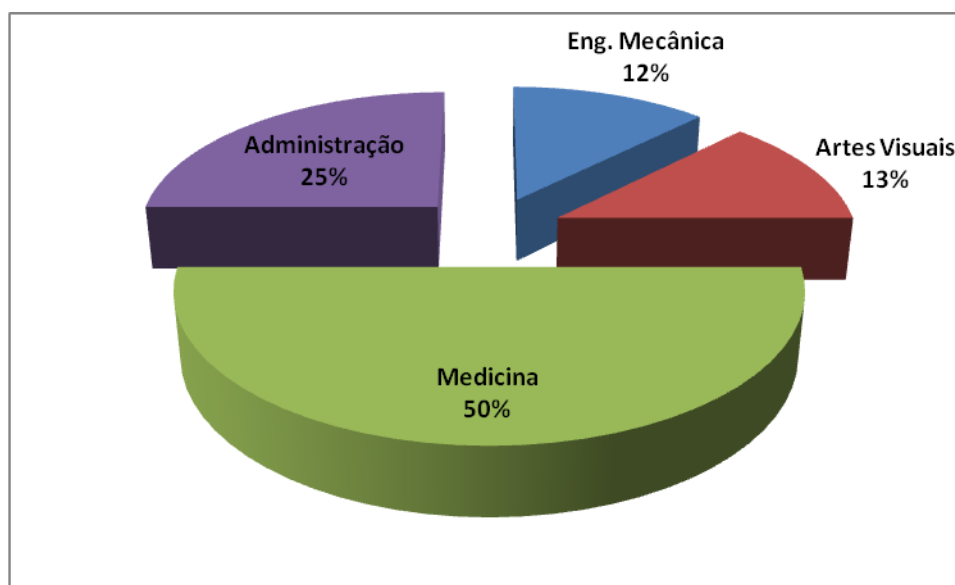


Conforme proporção dos dados, compreende-se que 50% dos entrevistados estão na faixa etária de 18 anos a 27 anos. De maneira geral, os alunos são jovens. Observou-se também que 37% dos alunos se concentram na classe que compreende a faixa etária entre 28 e 37 anos e 13% dos acadêmicos possuem idade entre 38 e 47 anos.

De acordo com o IBGE (2015), no ano de 2014 cerca de 58% dos estudantes de 18 e 24 anos estavam na faculdade. Em 2004, a parcela de jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior era de 32,9%. Em relação a região Sul, esta proporção subiu de 50,5% para 72,2%, de 2004 para 2014. Assim, observamos que os deficientes auditivos da FURG apresentam uma faixa etária maior do que os estudantes não deficientes da região Sul.

A Figura 2 apresenta a distribuição percentual dos alunos deficientes auditivos da FURG, conforme os cursos de graduação que frequentam.

Figura 2 - Distribuição dos alunos conforme o curso de graduação (n=8).



A Figura 2, construída a partir da questão nº 2 do questionário, mostrou que 50% dos alunos deficientes auditivos da FURG cursam Medicina. Verificou-se também que 25% cursam Administração, 13% Artes Visuais e 12% Engenharia Mecânica. Esta proporção é importante, pois traz uma amostra colaborativa para as bibliotecas setoriais, indicativo para dar um atendimento pleno à Biblioteca Setorial da Área Acadêmica da Saúde – Hospital Universitário (HU), frequentada pela metade dos alunos entrevistados. Os demais se distribuíram em cursos que utilizam a biblioteca do Campus Carreiros, sendo de igual importância apresentar os resultados para a coordenação da Biblioteca Central. As perguntas não foram dirigidas para uma biblioteca específica, isto é, eram perguntas genéricas. Portanto, é possível

pensar que quando os alunos fizeram suas avaliações, se apoiaram nas experiências dos locais onde mais frequentam. Por exemplo, a falta de intérprete de Libras, foi apontada pelo aluno do curso de Artes Visuais, portanto, muito provável que está relacionada com a Biblioteca Central no Campus Carreiros, o mesmo raciocínio se fez com a opinião do aluno da Medicina, que citou a necessidade de melhoria do acervo, resposta relacionada à biblioteca localizada no Hospital Universitário da FURG.

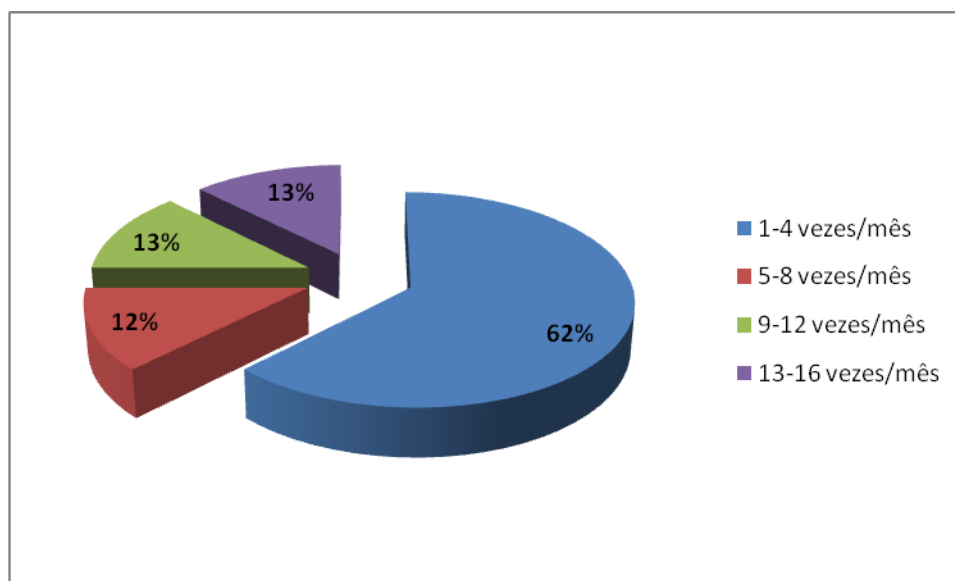
Sobre a questão que investigou o ano de ingresso na FURG, um aluno informou que ingressou em 2016, um não respondeu esta questão, três ingressaram na FURG em 2013 e três em 2015. Portanto, a maioria já frequenta as bibliotecas há mais de dois anos.

No que se refere à questão que abordou sobre o uso de tecnologias de comunicação, três entrevistados responderam que usam aparelho auditivo e se comunicam oralmente; dois telefone celular, sendo que um ainda acrescentou notebook. Dois entrevistados não responderam a esta questão e um mencionou o uso de leitura labial.

Este resultado mostra a complexidade de realizar uma pesquisa sobre acessibilidade, pois há diferenças importantes no tipo de deficiência, tais como, os alunos que através do uso de aparelho auditivo podem interagir plenamente com as pessoas que trabalham nas bibliotecas. Por outro lado, sabe-se que em alguns casos, a falta de audição é total e o uso de aparelho nem é indicado. Portanto, é importante que se tenha conhecimento que a deficiência auditiva possui uma diversidade de níveis de dificuldades e os profissionais que atuam nas bibliotecas precisam estar atentos para estas diferenças.

Abaixo, a Figura 3 apresenta a frequência de utilização mensal das bibliotecas da FURG pelos alunos deficientes auditivos. Este resultado pode ser relacionado ao tipo de atividade que as bibliotecas oferecem, isto é, quanto mais atrativos, maior a frequência.

Figura 3 - Frequência mensal de utilização das bibliotecas pelos deficientes auditivos da FURG (n=8).



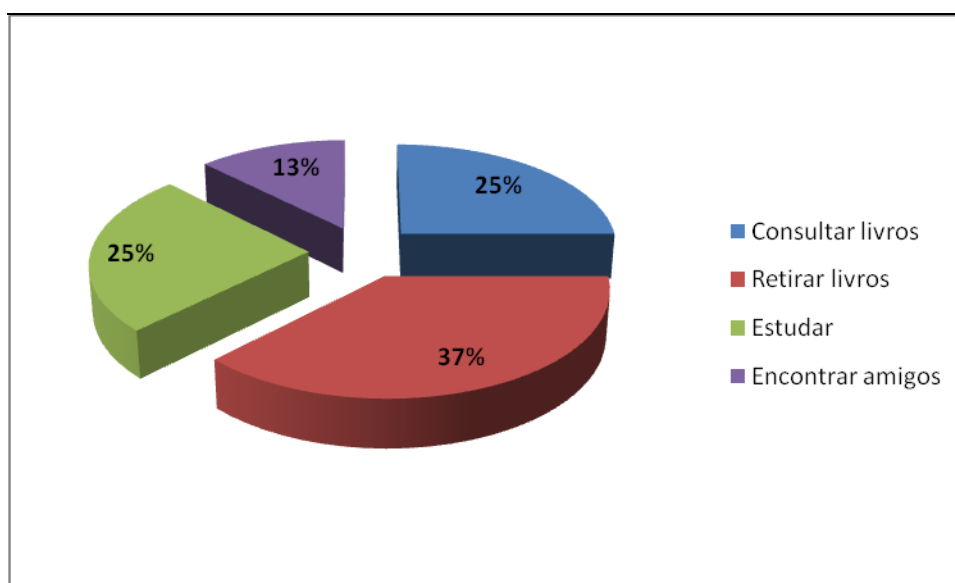
Na figura acima se verifica que a maioria, ou seja, 62% dos alunos deficientes auditivos utilizam pouco a biblioteca. Levando em conta que o acesso à informação é muito importante para a formação universitária, o pouco uso da biblioteca pode estar relacionado com a deficiência de atividades interessantes, acervo desatualizado ou ambiente pouco atrativo. Estudantes universitários que frequentam a biblioteca uma vez por semana é um padrão bastante preocupante. Muito provavelmente, os alunos buscam informações em outros locais. Os alunos que responderam utilizar a biblioteca mais de 0 vezes por mês são os alunos do curso de Medicina. Damasceno e Mesquita (2014) analisaram o comportamento dos usuários de uma biblioteca de uma instituição de ensino pública federal e mostraram que 58% dos entrevistados apontam frequências 'diária', 'quinzenal' e 'mensal', sendo que este padrão foi considerado alto. Os usuários que responderam frequentar esporadicamente ou nunca, foi considerado como baixo padrão de uso. (DAMASCENO E MESQUITA, 2014, p. 160-161). De maneira geral, tanto o presente trabalho como o acima citado encontraram um certo desinteresse de alunos universitários, no que se refere ao uso das bibliotecas, mesmo que as medidas de frequência de uso tenham sido distintas. Poderia ser considerado, por exemplo, como frequência de uso alta em mais de 80%, pois a formação dos

alunos está intimamente ligada ao acesso à informação. Em comparação, foi possível inferir que os deficientes auditivos da FURG frequentam as bibliotecas, entretanto existe um potencial pouco explorado. Esse resultado provocou uma indagação: como tornar as bibliotecas universitárias espaços mais atrativos aos deficientes auditivos? Convém acrescentar-se ainda que a resposta a esta questão deve ultrapassar o público específico entrevistado, incluindo-se todos os estudantes da instituição.

A utilização da língua de sinais pode contribuir para aumentar a frequência de utilização das bibliotecas por parte dos deficientes auditivos. Neste sentido, o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, cap.8 art.26º, relata que os serviços públicos e os órgãos da administração pública federal devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado por meio do uso, difusão, tradução e interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais), realizado por servidores e empregados capacitados para esta função, bem como o acesso as tecnologias de informação (BRASIL, 2005).

Na Figura 4, mostra o resultado sobre a questão que buscou os principais motivos que costumam levar os alunos deficientes auditivos para usar as bibliotecas.

Figura 4 - Motivos da utilização das bibliotecas pelos deficientes auditivos (n=8).

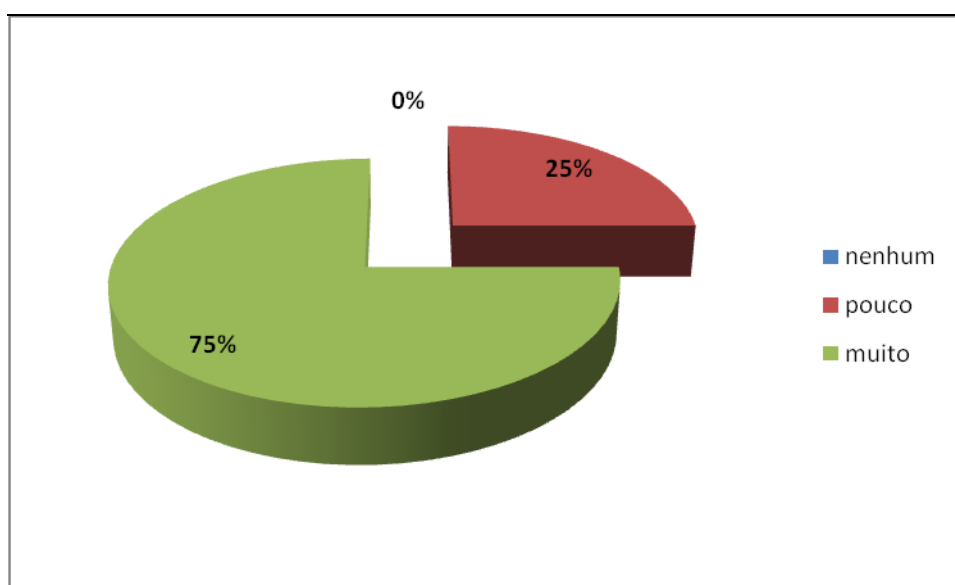


Os resultados indicaram que 37% dos deficientes auditivos utilizam a biblioteca para 'retirar livros', 25% fazem uso para 'consultar livros' e 'estudar' e apenas 13% frequentam a biblioteca motivados em 'encontrar amigos'. Não foi mencionado qualquer tipo de treinamento, cursos ou palestras promovidas pelas bibliotecas. Este resultado mostra que as bibliotecas da FURG ainda se configuram como local de guarda de acervo e de poucas ações culturais e/ou educacionais.

Através do resultado mostrado na Figura 4, pode ser interpretado que há necessidade de oferecer um ambiente mais amigável aos alunos, proporcionando outros tipos de atividades além do simples uso do acervo. Um dos entrevistados mencionou que a biblioteca poderia disponibilizar maior número de salas de uso restrito, pois muitas vezes, alunos com dificuldade auditiva, precisam falar em tom mais alto.

Com relação a utilização dos serviços de bibliotecas, a questão número sete do questionário, teve como objetivo analisar o grau de autonomia dos deficientes auditivos dentro da biblioteca, ou seja, como os espaços comuns são utilizados e o grau de acessibilidade.

Figura 5 - Grau de autonomia no uso das bibliotecas (n=8).

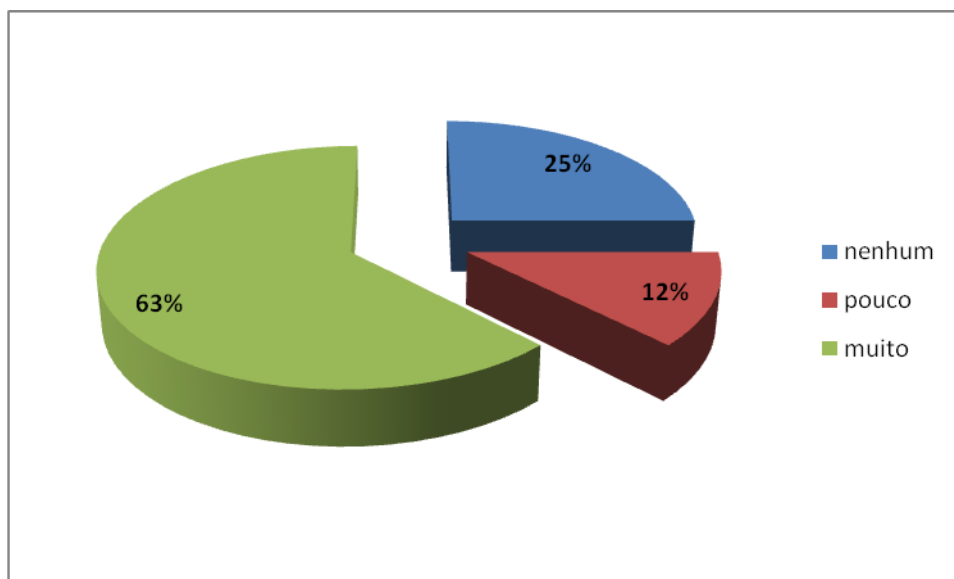


Foi observado inicialmente que nenhum aluno declarou não ter qualquer autonomia, portanto a acessibilidade é satisfatória nas dependências das

bibliotecas da universidade. De acordo com as respostas, 75% dos alunos deficientes auditivos sentem-se com total autonomia dentro da biblioteca e 25% deles declarou ter pouca autonomia. Mesmo que a maioria tenha respondido sentir-se autônomos, o ideal seria buscar que 100% dos alunos sintam-se autônomos dentro da biblioteca.

Sobre a habilidade no uso do sistema de bibliotecas ARGO (Figura 6), a maioria, ou seja, 63% dos alunos com deficiência auditiva declarou conhecer de forma suficiente o sistema. Porém, não foi unânime, isto é, 25% se consideram nenhuma autonomia quanto à utilização do sistema.

Figura 6 - Grau de autonomia no uso do sistema ARGO (n=8).

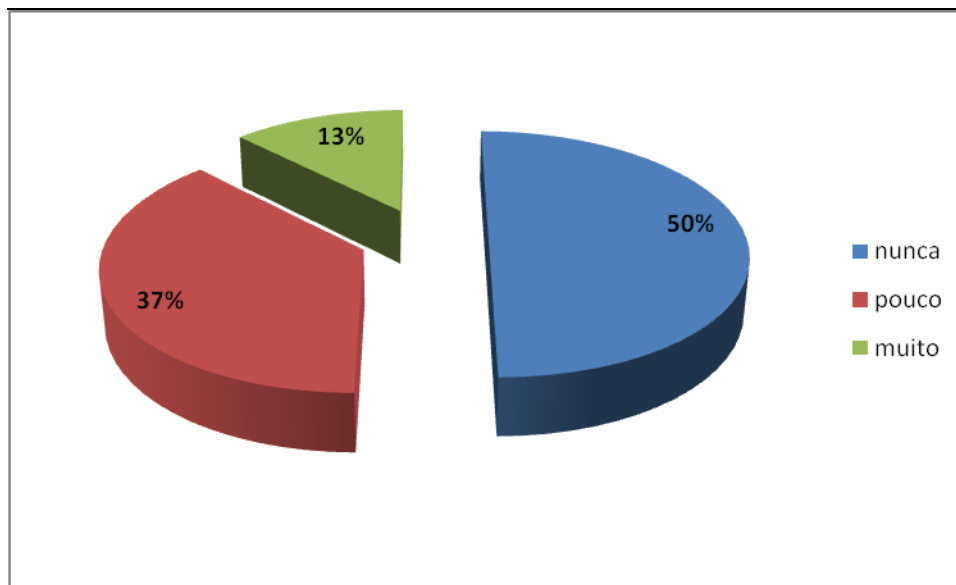


Este resultado aponta que o sistema não é plenamente amigável, pois estamos ao final do ano e mesmo aquele aluno que ingressou no ano de 2016, já deveria ter pleno domínio do uso do sistema. Vislumbra-se aqui a possibilidade de investigação sobre as barreiras de comunicação em ambiente virtual de aprendizagem e uso de tecnologias de acesso à informação, no contexto da FURG.

A Figura 7 mostra a frequência de utilização dos alunos sobre a sala de acessibilidade, disponibilizada na biblioteca central do Campus Carreiros. Este ambiente foi criado, especificamente para usuários com deficiências, disponibilizando conteúdos em Braille, contando com *scanner* com voz para usuários que possuem deficiência visual, convertendo documentos impressos

em áudio, além de manter instalado um programa de leitor de telas nos computadores à disposição dos usuários.

Figura 7 - Frequência de utilização da sala de acessibilidade (n=8).



Após a coleta dos dados desta pesquisa tivemos conhecimento que a sala de acessibilidade da biblioteca central foi extinta. Conforme a figura acima, 87% dos respondentes referiu nunca ou pouco usá-la, este resultado pode estar associado com a falta de divulgação sobre a existência da mesma, que também apresentava inadequada sinalização visual, principal recurso do deficiente auditivo. Acredita-se que poucos alunos tivessem conhecimento sobre este espaço, o que permite analisar que entre as bibliotecas do Sistema SiB existe falta de divulgação e comunicação dos serviços ofertados. Sugere que a avaliação individual de cada biblioteca do sistema pode indicar as reais necessidades à implantar nos espaços virtuais e físicos, o que pode amenizar o problema.

As duas últimas questões desta pesquisa, foram dissertativas, nelas buscou-se informações sobre as principais dificuldades e as melhorias que poderiam ser feitas nos ambientes e serviços das bibliotecas da FURG. O resultado da primeira pergunta mostrou que a maioria dos alunos não têm problemas nos espaços físicos e virtuais para utilizar as bibliotecas, posição relevante e favorável. Na última questão abordada, foi solicitada sugestões de melhorias no contexto da acessibilidade, os alunos afirmaram a necessidade

de maior uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Os alunos afirmaram que necessitam ver aumentar o acervo para deficientes auditivos e melhorias da comunicação visual dentro das bibliotecas, assim como no ambiente da web.

5 CONCLUSÃO

Considera-se que este trabalho alcançou o seu principal objetivo que era de investigar as dificuldades e facilidades sobre a acessibilidade de alunos deficientes auditivos no âmbito das bibliotecas da FURG. Com relação a faixa etária, pode-se concluir que os deficientes auditivos da FURG apresentam predominantemente idade entre 18 e 27 anos. As tecnologias de comunicação mais utilizadas pelos deficientes auditivos da FURG foram aparelhos auditivos, telefone celular.

Em comparação com alunos não deficientes auditivos, pode-se inferir que os deficientes auditivos da FURG frequentam regularmente a biblioteca, pois 62% dos alunos deficientes auditivos afirmaram utilizar a biblioteca de três a quatro vezes por mês, entretanto a biblioteca tem potencial para ser mais utilizada pela importância que este espaço representa para a formação do aluno. Para adequar os resultados quanto aos estudantes (sujeitos pesquisados), de cursos fora da sede, SiB - Campus Rio Grande não houve retorno dos *e-mail's* enviados.

Foi possível observar também que há boas perspectivas para maiores projetos de programação visual, bem como comunicação visual, animação, digitalização e tratamento de imagens para a internet, pois percebeu-se que não há intérpretes e na população surda a comunicação é visual, o que confirma que a utilização da língua de sinais pode contribuir para aumentar a frequência de utilização das bibliotecas por parte dos deficientes auditivos, o que sugere aperfeiçoamento de pessoal em setores específicos, como no sistema virtual, balcão e referência. Felizmente no vigente ano letivo de 2016 foi ofertado aos bibliotecários e técnicos administrativos que assim quisessem cursar treinamento básico em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, onde a grande maioria teve interesse e participação.

Quanto às medidas de acessibilidade, concluiu-se que os deficientes auditivos estão satisfeitos e não indicam sinais de dificuldade quanto uso dos espaços, tanto virtuais como físicos, utilizados em comum por toda a comunidade acadêmica, o que abre um olhar atento aos bibliotecários empreendedores implementarem mais projetos, oficinas e treinamentos direcionados à inclusão dos alunos deficientes e com necessidades especiais.

Neste estudo, foi observado também que a sala de acessibilidade foi pouco utilizada pelos alunos deficientes auditivos da FURG, entretanto isto pode ser associado à falta de divulgação sobre a existência deste espaço entre as bibliotecas, e, que também apresentava inadequada sinalização visual. Acredita-se que poucos alunos tivessem conhecimento sobre este espaço, o que justifica a inclusão de todo o material da sala de acessibilidade no acervo geral, assim, não só todos os deficientes, como todos os alunos em geral usufruirão o mesmo espaço e os mesmos serviços dentro da biblioteca Central, cabe processar e gerar etiquetas com parâmetros de acessibilidade e sinalização de todos os espaços de todas as bibliotecas de acordo com a lei de inclusão delegada para as Instituições Federais.

Enviar o resultado desta pesquisa para a coordenação do SiB é significativo para aprimorar fatores que devem levar em conta o investimento e conhecimento para assim, descobrir e atestar as capacidades da comunidade surda e baixar a taxa de abandono, buscando valorizar o cuidado com a inclusão social e priorizar as necessidades de participação social do deficiente auditivo.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Espaços e equipamentos informacionais. In: BARBALHO, C.R.S. et al. (Orgs.). Espaços e ambientes para leitura e informação. Londrina: ABECIN, 2012.

ALVES, M. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier Brasil, 2007.

ARAÚJO, S. A. Perda auditiva induzida pelo ruído em trabalhadores de metalúrgica. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 68, n. 1, p. 47-52, 2002.

DAMASCENO, A. C.; DE MESQUITA, J. M . C. Atributos determinantes da baixa utilização de biblioteca: estudo em uma instituição de ensino pública federal. In.: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 1, p. 149-169, 2014

BRASIL. **Decreto n. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Brasília: 2 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regula a Lei n. 10.436 de 24 de abril 2002 que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras, art. 18 n. 10098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **eMAG–Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL. **LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995**. Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de ... II - motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8989.htm>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. III - Presidência da República. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Brasília: 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Portaria Ministerial nº 555**, de 5 de junho de 2007b. Dispõe sobre a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de

deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

BRASIL. **Relatório do grupo de trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à Política Lingüística de Educação Bilíngüe** - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. **Sub-secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: tecnologia assistiva**. Brasília:CORDE, 2009. <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf> >. Acesso em 06 abr. 2016.

BRASIL. **Sub-secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Acessibilidade**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em 06 abr. 2016.

BRASIL. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0**. [S.l.]: W3C,2008. Disponível em: <<http://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CORRADI, Juliane Adne Mesa. Ambientes informacionais digitais e usuários Surdos: questões de acessibilidade. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2007.

DAMASCENO, A. C.; MESQUITA, J. M. C. Atributos determinantes da baixa utilização de biblioteca: estudo em uma instituição de ensino pública federal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 1, p. 149-169, 2014.

FERNANDES, S; MOREIRA, L. C. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial (UFSM)**, v. 22, p. 225-236, 2014.

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. Programa InfoEsp: Premio Reina Sofia 2007 de Rehabilitación y de Integración. In: **Boletín del Real Patronato Sobre Discapacidad, Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, Madri, Espanha**. n. 63, p. 14- 23, ISSN: 1696-0998, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOETTER, Nelson. **Técnicas digitais e estratégias comunicacionais de surdos: da vitalidade da língua de sinais à necessidade da língua escrita**, São Leopoldo, 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 137p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 35)

KENSKI, V. M. Educação e comunicação: interconexões e convergências. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 104, p. 647-668, 2008. Número especial.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZONI, A. A., et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, 2001.

NVDA. NV Access. Leitor de Telas. Disponível em <<http://www.nvda-project.org/about.html>>. Acesso em 15 maio 2016.

PERLIN, G; STUMPF, M. (Org.). Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Curitiba, PR: CRV, 2012.

SANTOS, A.P.; CERQUEIRA, E.A. **Ensino superior**: trajetória histórica e políticas recentes. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BDDocumentos/coloquio9/IX-1047.pdf>>. Acesso em 20/04/2016>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SKLIAR, C. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SPELLER, P. Ensino Superior: prioridades, metas, estratégias e ações. In: PINO, I.R.; ZAN, D.D.(org.). **Plano Nacional de Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br/PNE_3seb.pdf. Acesso em: 20 abr. 2016.

STROBEL, K. L. Os sobreviventes das políticas surdas: opressão da cultura surda e de seus valores lingüísticos na educação. In: PERLIN, G; STUMPF, M.(Org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba, PR: CRV, 2008. p. 97-106.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A; ALVES, J. B. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 31, n. 3, p.83-91, 2002.

TORI, R. A presença das tecnologias interativas na educação. **Revista de computação e tecnologia**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2010. p, Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ReCET/article/view/3850/2514>. Acesso em: 10 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Sistema de bibliotecas**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.furg.br/>>. Acesso em : 14 abr. 2016

VITAL, Flavia Maria de Paiva; QUEIROZ, Marco Antonio de. **Acessibilidade ao meio físico, de informação e comunicação**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/acessibilidade-convençãocomentada>. Acesso em: 14 abr. 2016.

World Wide Web Consortium. **Cartilha Acessibilidade na Web**. [S.l.]: W3C, 2008. Disponível em: <<http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-1.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Data da entrevista: ____ / ____ / _____. Número do questionário: _____

1) Sexo: (1) Feminino (2) Masculino

2) Idade: _____ Curso: _____

3) Ano de Ingresso: _____

4) Você utiliza algum tipo de tecnologia para se comunicar? Qual?

5) Em média, **quantas vezes por mês** você costuma ir nas bibliotecas da FURG?

6) Qual o principal motivo de frequentar a biblioteca:

(1) Encontrar amigos (2) Retirar livros para levar para casa (3) Consultar livros nas bibliotecas.

(4) Outro:

7) Qual o grau de autonomia que você considera ter nas bibliotecas?

() nenhum () pouco () muito

8) Qual o grau de autonomia que você considera ter no acesso ao Sistema 'ARGO'?

() nenhum () pouco () muito

9) Com que frequência você utiliza o espaço de acessibilidade dentro das bibliotecas?

() nunca () pouco () muito

10) Cite a principal dificuldade que você encontra para utilizar as bibliotecas?

11) Cite a principal melhoria que pode ser feita na biblioteca, no contexto da acessibilidade para os alunos com deficiência auditiva.
